

Não ao Ato Médico: mais 500 mil

Comissão da campanha
contra o PL 25/02 entra
em nova fase para
recolher 1 milhão
de assinaturas.

02

Cadastro online dos psicólogos do CRP-01

Conselho desenvolve sistema
para atualização cadastral
pela Internet e recebe
sugestões dos inscritos.

07

Psicologia nos estados do AC, AM, RO, RR

O Protagonismo Social da
Psicologia já se manifesta
em ações concretas,
estimuladas pelas Seções
do CRP-01 na
Região Amazônica.

08



Fé religiosa na visão do psicólogo

Conhecer o sentido da religiosidade
e aprofundar os estudos desse
tema na Psicologia. É o que aconselha o
psicólogo Dr. Norberto Abreu e Silva Neto,
em entrevista ao Jornal da Psicologia, aos
psicólogos que desejam trabalhar nesse campo,
que não é novo, mas começou recentemente a
atrair muitos estudantes e profissionais.



Esta edição acompanha um encarte
com a relação dos psicólogos inscritos no
CRP-01 que possuem a titulação de
especialistas nas diversas áreas da Psicologia.

NOSSA VOZ

Nossa profissão, regulamentada em 27 de agosto de 1962, completou 42 anos. Qual a imagem que a sociedade faz dela e de nós, profissionais?

A psicologia tem um compromisso inarredável com a saúde e com o desenvolvimento humano, que se expressam em diversas dimensões da vida tais como a individual, a familiar, a organizacional, até alcançar a expressão coletiva maior: a cidade e o país onde vivemos.

Enquanto profissionais, nos cabe uma missão grandiosa. Diante da amplitude do nosso campo podemos fazer tanto, que às vezes nem percebemos o alcance de nosso poder de realização.

Faremos um vôo panorâmico sobre os aspectos da vida humana em que somos chamados a contribuir, ora sozinhos, ora associados a outros profissionais:

- Podemos guiar profundas descobertas pessoais, mediadas pelos mais variados enfoques da psicoterapia;
- podemos facilitar mudanças comportamentais que irão sanar problemas individuais e familiares;
- podemos ajudar no processo de desenvolvimento integral de nossas crianças e jovens;
- podemos orientar atletas na superação de suas dificuldades e na descoberta de suas aptidões;
- podemos ajudar na prevenção da saúde e acelerar a recuperação de enfermos;
- podemos revelar talentos, potencialidades e alertar sobre limitações psicológicas no exercício das profissões;
- podemos auxiliar na aplicação justa das leis, ao desvendar motivações psicológicas de infratores;
- podemos ajudar a despertar lideranças e a fortalecer equipes profissionais para alcançarem melhores resultados;
- podemos contribuir para a humanização de estruturas empresariais e de processos de trabalho;
- podemos estimular a manifestação de comportamentos de cidadania que irão melhorar nosso convívio social;
- podemos ajudar pessoas mais maduras a desfrutarem o tempo livre da aposentadoria.

Esses são poderes legítimos que o psicólogo adquire ao aprender técnicas e ao desenvolver-se enquanto pessoa e profissional, tornando-se apto a ajudar outras pessoas.

São poderes a serviço da saúde, do desenvolvimento e da felicidade humana.

Neste número apresentamos os psicólogos especialistas nas diversas áreas de nossa profissão.

Boa leitura.

Ruy de Alencar Mattos
Conselheiro-presidente

PROTESTO

Não ao Ato Médico

Agora são outras 500 mil

No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, a comissão nacional da campanha “Não ao Ato Médico” realiza grande manifestação na cidade de Goiânia para colher mais 500 mil assinaturas contra o PL 25/02, totalizando 1 milhão de assinaturas no abaixo-assinado que pede o seu arquivamento no Congresso Nacional. Estarão presentes representantes de 12 categorias da área de saúde que estão preocupadas com o cerceamento das suas atividades, que o projeto impõe.

A presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, assinala que é importante para a campanha esclarecer que o abaixo-assinado continua sendo o mesmo. “Embora o formulário tenha se modificado, a campanha é a mesma. As pessoas precisam saber disso para não assinarem em duplicidade”, explica. O abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas será entregue às lideranças

do Senado Federal e Câmara dos Deputados em 27 de abril.

Até lá, a comissão nacional da Campanha, que agora se intitula “Agora são outras 500 mil”, articula no Congresso a realização de audiências públicas para o amplo debate do tema. O PL 25/02 causa polêmica porque torna exclusividade dos médicos a prescrição terapêutica de qualquer ação na área de saúde. Ou seja, todas as demais profissões estarão subordinadas à Medicina.

Uma cartilha será distribuída à população, a partir de abril, com explicações sobre o PL 25/02 e seus impactos na vida dos pacientes. Os formulários para registro do abaixo-assinado podem ser retirados na internet (www.naoaoatomedico.com.br) ou nos postos de coleta disponíveis nas entidades de classe representativas da área de saúde.

ASSESSORIA JURÍDICA

Você Sabia?

O pagamento da anuidade é obrigatório, independentemente do psicólogo estar ou não exercendo a profissão. Por isso, caso o psicólogo não esteja mais exercendo a profissão é necessário providenciar o seu imediato cancelamento, para se desobrigar do pagamento da anuidade.



Fique por dentro

Conforme prevê a Legislação Vigente, Resolução CFP nº 18/2000, Art. 17: “A interrupção do pagamento das anuidades, somente poderá ser concedida nos seguintes casos: viagem ao exterior com permanência superior a 6 (seis) meses; doença devidamente comprovada, que impeça o exercício da profissão por um prazo superior a 6 (seis) meses.”

ATENÇÃO: PSICÓLOGO, ATUALIZE SEU E-MAIL JUNTO AO CRP-01

NOVOS E-MAILS DO CRP-01

Gerência: crp-01@crp-01.org.br

COF/Fiscais: crp-01cof@crp-01.org.br

Apoio/Administrativo COF: crp-01cofadm@crp-01.org.br

Coordenação do Financeiro: crp-01financeiro@crp-01.org.br

Apoio à Coord. do Financeiro: crp-01assistente@crp-01.org.br

Transferências e cancelamentos: crp-01transferencia@crp-01.org.br

Atendimento: crp-01atend@crp-01.org.br

Violência Sexual Infantil

Amazônia: um desafio para todos

O governo do Presidente Lula está buscando com determinação, por meio de todos os seus Ministérios, enfrentar as desigualdades, a exclusão social, a pobreza, o abandono e a discriminação; com políticas e ações claras para romper com esse ciclo de violação dos direitos humanos. Compreender os mecanismos que perpetuam esta violência a que está submetido um tão grande número de nossos jovens, crianças e adolescentes é tarefa sem tréguas.

Gostaria de pontuar algumas questões que circunscrevem a situação da vida das meninas e meninos na Amazônia relativa à violência e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial.

A região da Amazônia Legal, composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima, conta com cerca de 13 milhões de habitantes, ou 7,6% da população brasileira. No conjunto dos centros urbanos da região Norte, a população eleva-se a 69,87%, enquanto os outros 30,13% vivem na zona rural. Ao lado da região Nordeste, esse índice representa a maior população rural do país.

Entre todas as regiões brasileiras, o Norte tem a maior taxa de crescimento anual da população, 2,4%, e apresenta a maior proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos, com a menor taxa de idosos acima de 65 anos. Portanto, é uma região de habitantes jovens. Seu índice de desigualdade, embora inferior às regiões Nordeste e Centro-Oeste, ainda abrange 36,2% de sua população que vive em situação de pobreza.

Em relação à situação das crianças e adolescentes, registram-se problemas com trabalho infanto-juvenil, exploração sexual e tráfico de crianças, adolescentes e mulheres.



Num outro relatório de pesquisa (Pestraf) – sobre o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual em que foram identificadas 241 rotas nacionais e internacionais, das quais 76 encontram-se na região Norte –, desnuda-se o jogo da dominação e exploração das redes criminosas (nacionais e transnacionais) que aviltam nossas meninas, submetendo-as à lógica do capital e transformando-as em objetos descartáveis, em uma condenável mercantilização do corpo.

O fato é que estamos diante de crianças tratadas como objetos, como mercadorias, implicando em coerção, violência, trabalho forçado, meninas–escravas. Infelizmente, essa triste realidade verifica-se em todos os Estados brasileiros. No diagnóstico nacional realizado pelo Violes/Unicef/Sedh e sistematizado na “*Matriz intersetorial para o enfrentamento da exploração sexual do país*”, detectou-se a existência de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes em 932 municípios brasileiros.

Não é raro nos depararmos com essa triste realidade em nossas instâncias tu-

rísticas, nas mais belas regiões de nosso país, por rodovias, portos marítimos e fluviais, nos aeroportos, nos centros urbanos, no campo e nas praias.

Superando o antigo “Código de Menores”, a doutrina da proteção integral está alicerçada na convicção de que cada criança e cada adolescente é *Sujeito de direitos*, em sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, por isso, necessita de proteção especializada, diferenciada e especial.

A Lei nº 8.069/1990, que cria o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, regulamenta o texto constitucional e, além de outros avanços legais, faculta, no campo do acesso à Justiça, a possibilidade de que, ao Poder Público, seja cobrado o cumprimento de determinados direitos e deveres, tais como: o acesso à escola, a um sistema de saúde eficaz, a programas especiais para portadores de deficiências, assim como apoio à instalação e ao funcionamento dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares.

O acesso à Justiça é, portanto, um avanço na construção da cidadania. Dar maior visibilidade aos direitos da criança e do adolescente é possibilitar que a sociedade tenha uma consciência mais aprofundada de seu papel.

Elizabeth Leitão, Psicóloga, Mestre em Filosofia, Pesquisadora Social, Assessora especial do Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República [SEDH-PR] – coordena a área de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes [EESCA].

MOBILIZAÇÃO

Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva

Manifestações públicas e culturais, palestras, debates e passeatas deverão marcar, em todo o país, o próximo 14 de abril como o *Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva*. A iniciativa reúne todos os Conselhos Regionais de Psicologia e acontecerá para cobrar dos governantes a adoção de políticas públicas que darão lastro para que a Educação Inclusiva

seja uma realidade no Brasil.

Cada Conselho, fortalecido pela parceria com entidades acadêmicas e sociais, estará organizando suas programações de eventos que acontecerão durante o dia 14 de abril. Os Governos Federal, Estaduais e Municipais estarão recebendo da coordenação da *Luta pela Educação Inclusiva* um documento no qual estarão expostas as questões sobre o tema

que exigem investimentos e ações positivas.

Os Conselhos Regionais de Psicologia de todas as Regiões convocam, desde já, todos os inscritos e colaboradores para o engajamento na defesa do tema, participando dos eventos programados no *Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva*.

Informações: site www.pol.org.br

Dialogando com o Psicólogo

Os caminhos da Psicologia da Religião

A procura de estudantes e psicólogos pela Psicologia da Religião surpreendeu o psicólogo Norberto Abreu e Silva Neto quando, em 1996, veio ministrar essa disciplina como professor titular de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB). Em entrevista ao Jornal da Psicologia, ele falou sobre a experiência dos psicólogos e estudantes com o tema e afirma ser indispensável conhecer a essência do comportamento religioso para aprofundar os estudos da Psicologia nesse campo.

O professor Norberto explica que os psicólogos buscam novos conhecimentos sobre a religião para confrontar com a ciência, uma prática que está elevando, segundo ele, o nível dos estudos que têm orientado nos cursos de graduação e pós-graduação da UnB.

Além de professor titular da UnB, Norberto Abreu e Silva Neto é Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Jornal da Psicologia - O que está motivando os psicólogos a procurarem esse novo tema para estudo?

Norberto Abreu e Silva Neto - Existe de fato um interesse muito grande dos alunos de Psicologia em se situarem na questão da Psicologia da Religião, em função do confronto que há entre religião e ciência. Os alunos chegam a ter suas crenças abaladas por causa da ciência. E isso causa um problema para eles. Então, comecei a entender que essa disciplina na graduação tinha uma função muito importante que é permitir ao aluno se posicionar em termos religiosos diante da Psicologia. Quer ele vá fazer uma Psicologia Científica, quer ele vá fazer uma Psicologia Religiosa. A Psicologia da Religião é uma Psicologia Científica, que estuda cientificamente a religiosidade, a espiritualidade, enquanto que a Psicologia Religiosa vai se valer de técnicas da Psicologia para aplicar em terapias, em aconselhamentos sobre aspectos ou problemas que possam ser trazidos para um consultório.

A Psicologia da Religião e a Psicologia da Religiosidade surgem exatamente com o início da Psicologia. Os estudos começam por volta de 1870, junto com a Psicologia Experimental. Ambas se desenvolvem com uma variedade muito grande de métodos. Todos os métodos que se tem na Psicologia vão sendo aplicados nas questões de religião. Então, temos Psicologia da Religião de cunho psicanalítico, Psicologia da Religião da Gestalt e outros tantos métodos. Na Psicologia Religiosa acontece a mesma coisa.

JP - Isso se reflete na Universidade?

NASN - No momento em que ofereci a disciplina de Psicologia da Religião no curso de graduação da UnB houve uma

lista de 120 alunos inscritos na disciplina que oferecia 35 vagas, que é o normal que se ofereça. Era quase a metade do curso de graduação. A nossa avaliação foi que esse total não poderia ser atendido em sala de aula. Então, uma primeira turma de 60 alunos foi matriculada e no semestre seguinte a matéria foi repetida. Depois de um certo tempo, a demanda variava entre 50 e 60 alunos dentro da sala.

Para os alunos da graduação, essa disciplina demonstra que o interessante é conhecer o uso que o paciente faz dessa religião. Isso pra mim é o ponto central, independente de método, técnica e autores. Os psicólogos clínicos, principalmente, têm pacientes que trazem questões religiosas para serem tratadas. Então, o psicólogo, desde a sua formação, tem que saber que o paciente pode fazer uso da religião para exercer poder sobre o outro, para se mortificar por sentimento de culpa, isso tudo dentro da dinâmica psicológica de cada pessoa, pela qual a religião pode ter um papel diferente. Por isso, os cursos devem ter uma orientação de debates sobre a função da religião e da religiosidade, a questão do misticismo, da seita, para que os alunos formem uma opinião a respeito disso, inclusive por questões éticas.

JP - O que os estudos abordam?

NASN - Quando eu cheguei em Brasília, em 1996, havia a disciplina Psicologia da Religião na UnB que não era ministrada há um bom tempo. Fui minis-



Foto: Enrique Matute

trar uma disciplina na pós-graduação, de Métodos de Pesquisa em Psicologia Clínica, e o programa dessa disciplina pede que comparemos os diferentes métodos. Então, apliquei o método de Rorschach, que permite o trabalho com Psicanálise, Sociologia e Teoria da Religião (Teologia). Isso para os alunos soou como se eu estivesse interessado nos assuntos da religiosidade. Mas não era exatamente, pois meu interesse era no método. A partir daí, começou a crescer a demanda para a Psicologia da Religião. E como a demanda foi grande, eu resolvi estendê-la para os alunos que queriam fazer mestrado e doutorado sobre essa temática.

Então, comecei a aceitar orientar alunos de mestrado e doutorado sobre religião e resolvi dar a disciplina Psicologia da Religião para atender os alunos da graduação, como uma introdução ao tema. Eu orientei um mestrado de uma evangélica

ca sobre terapia religiosa. Aceitei orientar porque ela tinha origem na comunidade Batista aqui de Brasília que tinha seis mil fiéis. Ela me comunicou que a terapia da religião era um serviço que prestava nessa comunidade e precisava de técnicas de psicoterapia para aplicar em seu trabalho de psicoterapia religiosa. Uma outra aluna de Doutorado, que é professora da Universidade Católica, propôs um trabalho sobre a religião para os alunos de Psicologia. Ela estava preocupada, pois o assunto não é muito discutido entre os alunos hoje em dia. Os alunos dela se queixavam de que não se discutia religião, de que isso era tabu. E era um trabalho muito diferente da primeira aluna que citei. Esse utilizava o *Questionário Pratt*, sobre crença religiosa que traduzi na época.

JP - Existe uma visão homogênea dos psicólogos sobre a religião?

NASN - É difícil dizer, porque cada pessoa é um indivíduo e não existe uma visão que generalize a todos. Podemos dividir de uma forma simples, entre psicólogos não religiosos, que é o meu caso, ou psicólogos religiosos. Na minha opinião, a visão de uma pessoa extremamente religiosa acaba sendo alienante. Não pela religião em si, porque a religião sempre tem a finalidade de

ser bondosa, pelos princípios da fraternidade, piedade e amor ao próximo que todas têm. Mas a religião também tem o aspecto institucional, que eu acredito que acaba por ser alienante. Acaba por fazer o dogma prevalecer sobre a realidade.

A visão do psicólogo depende se ele é religioso ou não e dependendo dessa posição básica ele conduzirá o seu trabalho.

JP - O senhor tem concentrado seus estudos em que temática?

NASN - No semestre passado (2004), eu estudei o misticismo. Voltei até o tempo de Cristo, quando começam as heresias. As heresias, naquela época, eram contra a religião oficial, a ortodoxa, por três motivos: a busca da justiça social; uma relação mais direta com a divindade, o que as religiões mais ortodoxas não permitem; e a liberação da sexualidade e do prazer. Esses três pontos são constantes durante os dois mil e poucos anos do Cristianismo. Isso remete às disputas envolvendo os Escritos do Mar Morto, que ocorrem desde o primeiro século de Cristo.

JP - Em quais fóruns os psicólogos podem debater essas questões e definir os rumos dos estudos sobre Psi-

ciologia da Religião e da religiosidade?

NASN - Há uma infinidade pelo Brasil afora. Isso deveria ser foco de um levantamento estatístico. A cada momento eu descubro um grupo, um evento, uma série de artigos publicados pelo País. Eu faço parte de um grupo de trabalho muito aberto formado por religiosos e ateus da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Eles me convidaram para participar como ateu. A discussão hoje está maior e existem muitos trabalhos sendo feitos nessa área de estudo. A tendência é ampliar cada vez mais. Acredito que só não há interesse de pessoas que são muito radicais na Psicologia, que se dizem científicos, mas cujo comportamento não é científico. São pessoas que não aceitam falar sobre o assunto e dizem que existe muita superstição quanto ao tema. Eu fui muito criticado mas, além da religião, há outros objetos de estudo, como, por exemplo, dança, música, etc. Na Psicologia, tenho trabalhos dedicados e já me chamaram de supersticioso. Pois, veja que a psicologia da religião é apenas um ramo de estudo que trata de um fenômeno humano importantíssimo. Duvido que um dia irão extinguir a religião da humanidade se o homem sempre irá se perguntar: "De onde eu vim? Para onde é que eu vou?"; que é o momento certo em que ele se coloca no campo da religião.

SOCIAL

COMPP tem local de origem garantido

O Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica do Distrito Federal (COMPP) não será mais transferido. Os apelos de funcionários sensibilizaram o atual Secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, que em visita ao local no dia 30 de março, comunicou que a mudança para o antigo escritório do Metrô, próximo ao Zoológico, é desnecessária.

A decisão de manter o COMPP no seu local de origem foi bem recebida pelos conselheiros do CRP-01, que reconhecem o Centro como uma unidade de Excelência multiprofissional no atendimento de crianças e adolescentes que o Distrito Federal precisa valorizar. Para tanto, o Conselho vem participando de ações institucionais e políticas em favor de seu fortalecimento.

O COMPP foi criado há 36 anos, com prédio próprio, localizado no Setor Médico Hospitalar Norte (501 Norte). Há três anos, o Centro passou a dividir espaço com a Faculdade de Saúde do GDF. A psicóloga Sheila Antony, que é servidora do Centro, preocupa-se com o crescimento da Faculdade em detrimento das atividades do COMPP. "A Faculdade já tomou metade do nosso prédio. Um acordo verbal foi feito para que se construísse mais uma ala no Centro para compensar a nossa perda. Isso começou, mas parou logo em seguida e nós ficamos mal instalados", adverte a psicóloga.

A Secretaria de Saúde assegurou que a reforma do prédio do COMPP poderá ser realizada sem o comprometimento das ati-

vidades do Centro.

Atualmente, o COMPP atende a 500 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos por mês. "A mudança de endereço poderia refletir-se na qualidade do serviço oferecido e a demanda também certamente diminuiria, pois são poucas as linhas de ônibus para o local", lembra a psicóloga, enfatizando que o COMPP é a única instituição no Brasil que concentra uma equipe multidisciplinar de psicólogos, fonoaudiólogos, psico-motricistas e terapeutas ocupacionais.

Além do atendimento direto à comunidade, o COMPP atende à demanda de órgãos como o Ministério Público, Universidades, à rede de Postos de Saúde, Vara da Infância e SOS Criança.

Experiência psicossocial do TJDFT revela a importância da Psicologia Forense

Psicologia atuando na área jurídica

Psicologia Forense é uma das denominações para a área da psicologia que se relaciona com a Justiça. Seu escopo estuda os limites da responsabilidade e da capacidade civil e o comportamento do indivíduo nas suas relações, numa perspectiva psicológica. Na prática, consiste no atendimento às solicitações dos magistrados que precisam de embasamento psicossocial para julgar conflitos intersubjetivos de interesses, tais como: separação judicial, abuso sexual, entre outros de natureza e complexidade semelhantes.

Seu uso não chega a ser uma novidade. Diversos países e mesmo no Brasil, muitos Estados adotam seus fundamentos e suas técnicas. No caso do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) criou, em setembro de 1992, o Serviço Psicossocial Forense. Constatou-se logo, que os estudos de casos dependiam de uma metodologia própria para atender demandas jurídicas tão específicas. Isso porque, como o processo judicial depende de provas, tornou-se necessário verificar a confiabilidade e a validade dos instrumentos e do modelo teórico utilizados, a fim de confirmar se os mesmos respondiam ao objetivo do procedimento. Esse foi o ponto de partida da mudança. Nossa experiência e o conhecimento teórico da Psicologia aliaram-se num curso de formação em terapia familiar, com duração de três anos, resultando na formulação da metodologia hoje utilizada. O curso foi patrocinado pelo próprio Tribunal e ministrado pela Universidade de Brasília, sob a orientação das professoras doutoras, Maria Fátima Olivier Sudbrack e Liana Fortunato Costa, do Departamento de Psicologia, que ofereceram toda a fundamentação teórica.

Como novo campo de trabalho, a Psicologia Forense evoluiu muito na última década. Pesquisa do TJDFT indica que 94,2% dos magistrados demonstraram satisfação com a qualidade dos pareceres elaborados pelo Serviço, levando-os em conta nos julgamentos. Isso seria irrelevante caso excluíssemos a importância desse trabalho na recomposição do grau parental entre famílias.

As famílias são encaminhadas ao Serviço Psicossocial Forense pelo juiz. A opção por não comparecer ao Serviço pode ocorrer, sendo que a decisão a respeito des-

sa atitude fica no âmbito exclusivo do magistrado. Como se vê, é uma forma de atendimento diferente do consultório, porque a família busca a Justiça para o amparo legal e não escolhe se quer rever sua dinâmica familiar para compreender o que causou seus problemas.

Na separação de casais, por exemplo, o magistrado considera os subsídios dos estudos psicossociais para prolatar sua sentença, geralmente sobre a guarda dos filhos e nos casos de abuso sexual. Aos pais são enviados telegramas convocando-os para o comparecimento ao Serviço, localizado nas dependências do TJDFT. Há também visitas domiciliares e atuação lúdica, com salas de jogos, realização de rituais, dramatizações, colagens e com todos os recursos técnicos que permitam à família compreender sua dinâmica e, assim, procurar formas diferentes de se relacionar.

Os casais são atendidos por uma dupla formada por psicólogos e/ou assistentes sociais. A metodologia é toda embasada na Teoria Sistêmica. Buscamos criar uma rede de apoio (família, vizinhos e comunidade), pois todas as pessoas importantes para o casal são envolvidas nesse atendimento para a completa compreensão do caso.

A Psicologia resgata as etapas do casal na construção da vida em comum. O início do namoro, perpassando pelo casamento, chegada dos filhos, que entram na adolescência e, posteriormente, saem de casa, ocorrendo, finalmente, o retorno da vida a dois, representada pela alegoria do ninho vazio. As crises em cada etapa podem ocorrer em maior ou menor intensidade. É comum quando ocorre a primeira crise conjugal, os casais decidirem se separar, mas sem perceber que a crise pode ser uma oportunidade para um salto de qualidade na relação. Obviamente, necessitam-se trabalhar questões importantes, como o que realmente levou o casal a separar-se, ou o que dificultou a acomodação das diferenças individuais, fenômeno que faz parte do relacionamento conjugal.

Percebemos que a maioria dos casais não tem consciência de que as crises fazem parte do processo. Em muitos casos, permanece o desejo de preservação da uni-

dade familiar. Buscamos mostrar que, apesar das dificuldades emocionais da separação, quando inevitável, a função parental deve ser preservada, sobretudo em função dos filhos.

Em momentos difíceis da separação ocorre uma confusão sobre esse novo papel familiar. Uma coisa é certa: se a questão da afetividade ficar mal resolvida, os casais normalmente não conseguem exercer a função parental e isso impede que os filhos desfrutem da relação dos pais nessa nova fase.

Em princípio, não faz parte do trabalho da Justiça adentrar às questões emocionais para dar solução aos conflitos. Mas, convenhamos, sem o entendimento dos reais motivos, normalmente subjacentes, que não se manifestam facilmente, mas estão ocultos ou subentendidos, o trabalho ficaria incompleto. Não se chegaria à verdadeira pacificação social, que é o objetivo da Justiça. No caso da separação, prevalecendo a relação parental, registramos no estudo um avanço muito grande porque o casal dificilmente retornará à Justiça pelos mesmos motivos que vieram. O verdadeiro entendimento que o pai e a mãe devem priorizar é o bem-estar dos filhos e não os resquícios da ex-relação conjugal.

A experiência do TJDFT demonstra que a conformação de uma metodologia permitiu à Academia ampliar o seu campo de visão na perspectiva do mercado de trabalho do psicólogo. As Universidades e Instituições de Ensino fortalecem esse mercado, oferecendo cadeiras de Psicologia Jurídica e Terapia Familiar.

Há doze anos, haviam seis profissionais atuando especificamente nos casos citados. Hoje, são aproximadamente 40 e tende a crescer ainda mais. O que faz esse campo atraente é o aproveitamento de todo o conhecimento que o psicólogo adquiriu na sua formação e uma versatilidade profissional para lidar com situações críticas e inigualáveis. Temos esse papel importante na sociedade e devemos multiplicá-lo para o bem dos que recorrem à Justiça.

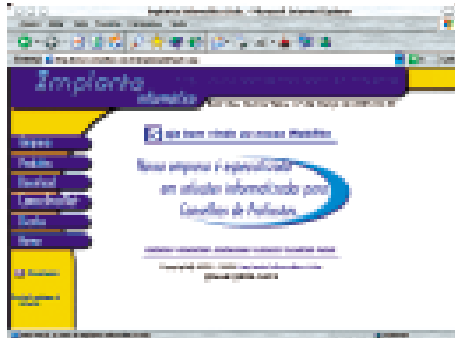
Helenice Gama Dias de Lima
CRP-01 / 0553 - Psicóloga, Diretora do
Serviço Psicossocial Forense - TJDFT



Novo sistema será adotado para facilitar a vida profissional do psicólogo

Atualização cadastral na Internet

A informática facilitará o trabalho do psicólogo por meio da Internet. Já em fase de estudos, o *Siscaf Web* disponibilizará o cadastro do Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região (CRP-01) na rede



mundial de computadores. Por meio dele será possível realizar atualização de dados profissionais e pessoais e informar ao público em geral se o psicólogo é ou não inscrito no Órgão. A justificativa para que o CRP-01 tenha um cadastro de inscritos atualizados pela Internet

leva em conta, além da facilidade que isto representa para o profissional, a extensa área de atuação do Órgão (Roraima, Rondônia, Amazônia e Acre).

Visando potencializar o fun-

cionamento do *Siscaf Web*, o CRP-01 está recebendo sugestões e críticas dos seus inscritos.

Em relação aos dados pessoais e profissionais, a atualização do banco de dados virtual do CRP-01 será permitida somente aos psicólogos inscritos. Será

possível, também, a impressão de boletos bancários para regularização financeira. A partir dessa iniciativa novos serviços podem surgir, como renegociação de débitos, impressão de certidões e outros.

O Conselho deverá divulgar no *Siscaf Web* os dados do psicólogo ao público em geral, sendo que o profissional poderá mantê-los ou retirá-los utilizando uma senha de acesso ao banco de dados.

Informações, críticas e sugestões sobre o Siscaf Web:

**Maria Sônia Carvalho Cunha,
Coordenação Financeira do CRP-01
(61) 328-3480/ 328-0406**

Visite o site www.conselhos.com.br

SAÚDE

Comissão retoma atividades

A Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região definiu como uma das prioridades em 2005 a criação da Gerência de Psicologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Como única categoria que ainda não possui gerência no âmbito da Secretaria, o CRP-01 pretende, com a Gerência, valorizar a atuação dos psicólogos nos serviços de saúde do Governo do Distrito Federal.

Em 2004, a SES/DF solicitou colaboração do CRP-01 para a definição das competências da Gerência de Psicologia. Para atender a essa demanda, o Conselho formou um grupo de trabalho que encaminhou sua contribuição para a Secre-

taria. A resposta a esse encaminhamento ainda não foi atendida.

Outra prioridade da Comissão de Saúde do CRP-01 refere-se à realização de novo concurso público para psicólogos na SES/DF. Em 2002, o processo seletivo foi anulado devido aos mandatos de segurança por irregularidades no processo de seleção. A Comissão salienta que um novo concurso para psicólogos da SES/DF não é realizado há cerca de dez anos, sendo que o quadro de efetivos vem diminuindo devido às aposentadorias.

Essas questões foram tratadas pela Comissão de Saúde e o presidente do CRP-01, em audiência, no dia 21 de feve-

reiro, com o Secretário-Adjunto de Saúde, Dr. Mário Horta e com o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Coordenador de Saúde Mental da SES/DF. Na reunião, as reivindicações dos psicólogos foram bem recebidas e espera-se providências ainda no primeiro semestre de 2005.

A Comissão de Saúde do CRP-01 é formada pelos conselheiros: Eliane Maria Fleury Seidl (Coordenadora), Adriano Holanda (Coordenador da Subcomissão de Saúde Mental), Edmar Carrusca e Neluzia Fernandes de Almeida; e mantém um plantão semanal, às quintas-feiras, de 9h às 10h na sede da entidade. Mais informações pelo telefone 328.4660 ou pelo e-mail crp-01@crp-01.org.br.



PREVIDÊNCIA PRIVADA - VAMOS PENSAR EM NOSSO FUTURO!

Você, psicólogo, considera importante ser associado de um Plano de Previdência Privada?

O Conselho Regional de Psicologia - 1ª Região está estudando a criação de um Plano de Previdência Associativa para seus inscritos. Entre em contato e dê sua opinião ou sugestão sobre esse projeto. Envie sua resposta para o e-mail: crp-01@crp-01.org.br.

CONSELHO EM DESTAQUE

Visita técnica às Seções AC, AM, RO, RR

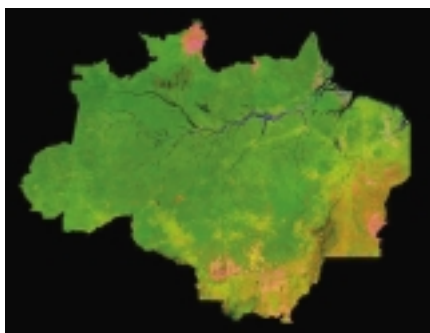
Desenvolvimento social

As ações públicas de saúde, educação e segurança são prioridades das Seções do Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região no Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Em visita técnica, o conselheiro Ruy Mattos, presidente do CRP-01, verificou essa realidade com a expansão do quadro de psicólogos em órgãos públicos, novos cursos e parcerias com ONGs e comunidades.

Segundo relatório do conselheiro, as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde do Amazonas abriram um total de 97 vagas para psicólogos, com admissão por concurso público. No âmbito da formação, o Amazonas conta atualmente com seis cursos de Psicologia.

Seguindo o roteiro da visita técnica, o presidente Ruy Mattos proferiu palestra na Seção do CRP-01 em Roraima sobre o papel do psicólogo na sociedade contemporânea para a turma do primeiro curso de Psicologia do Estado e comunidade. Outra ação que é destaque desta Seção é a articulação com o Detran local para a melhoria da qualidade técnica dos exames psicotécnicos do Órgão.

Em Rondônia, a Seção do CRP-01 integrou-se a Conselhos Comunitários que tratam da violência urbana, violência contra a mulher e crianças, com participação no Fórum Permanente contra a Violência e pela Paz. No Estado, um encontro promovido pela Seção com a comunidade,



no qual o presidente do CRP-01 proferiu palestra, ganhou grande espaço na mídia graças ao competente trabalho da Comissão de Comunicação Social.

No Acre, Ruy Mattos coordenou encontro dos representantes da Seção, com os profissionais e a comunidade no Estado, quando definiu-se uma agenda de articulação entre os psicólogos que atuam nas áreas de saúde, educação e ação social. “Agrega-se a este esforço o fato da atual Secretária Estadual de Cidadania e Ação Social ser psicóloga e componente da Diretoria da Seção do CRP-01”, frisou.

Sobre as ações dos psicólogos nestes quatro Estados, percebe-se uma ênfase nas questões da cultura amazônica, que precisa de muitas pesquisas e estudos, dada a riqueza de sua realidade. Isso justifica o esforço coletivo de se pensar na realização de um Congresso Amazônico de Psicologia em 2006.

EVENTOS 2005**I Congresso Latino-americano da Psicologia ULAPSI**

Data: 20 a 23 de abril de 2005

Local: São Paulo/SP

Informações: site:www.ulapsi.org/congresso/inscricao.php.

VII Congresso Nacional de Psicologia Escolar Educacional

Data: 21 a 24 de abril

Local: Curitiba/PR

II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica

Data: 17 a 20 de maio

Local: Gramado/RS

Informações: fonefax: (51) 3226.3111
site: www.ibapnet.org.br**IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia**

Data: 25 a 28 de maio

Local: Salvador/BA

Informações: fone: (71) 247.32.96

site: www.conpsi.psc.br

e-mail: conpsi@dagaz.com.br

X Encontro Paranaense e V Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

Data: 26 a 28 de maio

Local: Curitiba/PR

V Congresso de Stress da ISMA-BR VII Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho

Data: 14 e 15 de junho

Local: Porto Alegre/RS

Informações: fonefax: (51) 3222.2441
site: www.ismabrasil.com.br/congresso
e-mail: stress@ismabrasil.com.br**XII Jornada de Psiquiatria do Centro-Oeste**

Data: 18 a 20 de agosto

Local: Brasília/DF

Informações: (61) 443.1623
site: www.apbr.org.Br**QUEM SOMOS****DIRETORIA**

Presidente

Ruy de Alencar Mattos

Vice-presidente

Rosa Maria Benedetti Albanezi

Tesoureiro

Ismael Alves Justo

Secretária

Cristina Novaes Souza Lira**CONSELHEIROS EFETIVOS****Edmar Carrusca de Oliveira****Elizabeth Queiroz****Maria da Anunciação C. Daros****Mariza Monteiro Borges****Sofia Ismail O. Cardelino****CONSELHEIROS SUPLENTES****Adriano Furtado Holanda****Carlos Roberto Ernesto da Silva****Eliane Maria Fleury Seidl****Jany Coeli Rodrigues****Nelúzia Fernandes de Almeida****Vera Lúcia Decnop Coelho****Walter Ferreira da R. Ribeiro****Zélia Pereira Barbosa****COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****Ruy de Alencar Mattos****Cristina Novaes Souza Lira****Sofia Ismail O. Cardelino**

Jornalista Responsável

Wilton Castro de Araújo

4893/DF

Projeto Gráfico e Diagramação

Agência MidiaX**Telefax (61) 326-4267**

Gráfica

Bárbara Bela**(61) 356-1818**

SRTVN 701 - Ed. Brasília Rádio Center, 1º andar,
Salas 1029 a 1031 - Brasília - DF
CEP: 70719-900 Fone/Fax (61) 328 - 4660
328 - 3480 / 328 - 3017 Fone: (61) 328 - 0406
site: www.crp-01.org.br
e-mail: crp01@crp01.com.br